



Desafios à Quarta Década da Aids: Reflexões sobre Mídia, Identidade e Memória¹

Stéphanie Lyanie de Melo e COSTA²
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

Em torno de reflexões teóricas sobre mídia, identidade e memória, este artigo avalia alguns desafios colocados no contexto atual brasileiro ao ativismo contra as DST/Aids (Doenças sexualmente transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Discutem-se a relação entre o ativismo e a mídia na construção identitária de soropositivos, a improfícua eficácia das campanhas preventivas entre jovens por não resgatarem as memórias do uso do preservativo como emancipação sexual e do adoecimento por Aids, e a desvantajosa percepção entre os ativistas de um enfraquecimento na luta contra a Aids após os anos 1990.

PALAVRAS-CHAVE: mídia; identidade; memória; ativismo; Aids.

Introdução

Desde a década de 1980 o Brasil enfrenta como problema de saúde pública a propagação do vírus do HIV e a Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Mesmo sendo apontado como um país-exemplo no combate à epidemia (notadamente por oferecer o tratamento de graça, por quebrar patentes de remédios em benefício dos enfermos e por ter uma forte parceria com as organizações da sociedade civil no combate à propagação do vírus), o país entra para a quarta década da Aids com índices ainda preocupantes. Em 2010, foram notificados 34218 novos casos da doença³, com uma taxa de incidência de 17,9 casos por 100 mil habitantes. O vírus também se alastrou por todas as classes sociais, entre todas as regiões do país (BRASIL, 2011).

Este artigo busca discutir alguns desafios colocados no contexto atual brasileiro ao ativismo contra as DST (doenças sexualmente transmissíveis) e a Aids. Como eles são muitos e de diversas ordens, escolhemos tratar aqui apenas aqueles que nos suscitaram mais reflexões à medida que fazíamos uma revisão teórica sobre o tema da Comunicação & Aids, da identidade e da memória. Contudo, não temos a pretensão de esgotar o debate sobre eles. Ao longo de nossa exposição, argumentaremos que o ativismo contra o HIV/Aids deve utilizar atividades de relacionamento com a mídia para

¹ Trabalho apresentado no DT07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF e bolsista Capes, e-mail: lyanie@gmail.com.

³ É necessário esclarecer aqui que ter o vírus do HIV não é o mesmo que ter Aids. Uma pessoa pode estar infectada, mas não desenvolver qualquer sintoma da doença Aids. Tudo isso depende de seu estado de saúde (mental e físico). Por isso, faz-se comumente a distinção entre pessoas vivendo com o HIV (soropositivas) e pessoas vivendo com a Aids (soropositivas e doentes de Aids).



fortalecer o movimento social, uma vez que o discurso da imprensa serve de fonte de significação com a qual a identidade de pessoas infectadas pelo HIV é (re)configurada socialmente. Ademais, abordaremos como problemáticas de memória a improfícua eficácia de campanhas preventivas entre os jovens e a percepção entre os ativistas de um “enfraquecimento” na luta contra a Aids no Brasil desde o fim dos anos 1990.

Ativismo, relacionamento com a mídia e identidades

Stuart Hall (2003) aponta que os sentidos são construídos através dos discursos, os quais possibilitam identificações – logo, o surgimento de identidades. A identidade é percebida como um elemento interno à sociedade, como um lugar que se ocupa a partir de um emaranhado de posições e um contexto.

Entendemos por identidades coletivas um processo dinâmico de construção de práticas coletivas que criam um conjunto de significações interpretativas da estrutura e da hierarquia societal; além de, nesse processo dinâmico, serem estruturadas relações que criam e dão formas ao sentimento de pertencas grupais entre elementos que partilham crenças e valores sociais responsáveis pela criação de uma unidade grupal que se sustenta sobre a dinâmica da negociação, da comparação entre grupos e categorias sociais, através das relações de reciprocidade e de reconhecimento (PRADO in CASTRO, 2006, p. 200).

A identidade de uma pessoa ou de um grupo não é algo estático ou perene, mas formada continuamente a partir de vários elementos que são negociados, constantemente revistos e transformados. “A identidade é vista como um arranjo mais ou menos estável, ao mesmo tempo durável e flexível, uma espécie de consenso provisório que se constrói acerca de um agente social” (LOPES, 2007, p. 138). Logo, é impossível compreender a identidade de um sujeito ou de um grupo fora de sua colocação social. É necessário voltar os olhos para aquilo que o grupo organiza interiormente como significativo e também situá-lo em um âmbito de sociabilidade, de partilha comum de significados: “A identidade do grupo só consegue manter-se válida se ele conseguir legitimação diante da sociedade. Portanto, para o estudo da identidade, a figura do Outro é imprescindível” (LOPES, 2007, p. 143).

Valores, crenças, normas, práticas e representações oferecem fontes de significado para um grupo e são elementos identitários, constantemente reorganizados tanto dentro quanto fora dele. Como já dito, pensar em identidade é pensar nessas lutas simbólicas e negociações estabelecidas dentro e fora do grupo. Nesse sentido, a mídia



representa um espaço externo ao grupo de ativistas contra a Aids correspondente a uma arena privilegiada na luta simbólica por fontes de significado.

A epidemia da Aids tem causado um grande impacto na vida social e cotidiana do brasileiro. E aqui, como em muitos países, ela se tornou conhecida primeiramente através dos meios de comunicação de massa. Como afirma Carlos Guilherme do Valle (2002, p.182), em sua tese sobre os processos de formação identitária das pessoas vivendo com HIV e Aids (PVHA)⁴, “a imprensa tem sido útil na construção de representações culturais da Aids e dos discursos em que a epidemia é capturada. Elas servem de instrumentos culturais e mapas cognitivos para grupos e indivíduos, afetados ou não pela Aids”.

Logo, esse discurso da mídia afeta a maneira como a PVHA vê a si mesma e se posiciona em relação ao outro – ou seja, afeta a sua identidade – na medida em que “o sujeito individual só adquire consciência de si quando ele próprio se coloca numa perspectiva exterior a si mesmo, no lugar do outro simbolicamente representado” (ESTEVEZ, 1999, p. 85). Assim, o indivíduo assume sobre si próprio o ponto de vista de outros interlocutores. É um processo de reconhecimento e de posicionamento em um contexto específico (HALL, 2003).

Houve uma reconfiguração histórica da construção cultural da Aids nas últimas três décadas - vista principalmente no discurso da mídia – e, com ela, a emergência de categorias identitárias referentes às PVHA. No início dos anos 80, por exemplo, a Aids foi vista em termos de identidade sexual pela mídia e por boa parte de seu público, geralmente manifestando ideias e atitudes negativas sobre a homossexualidade masculina, sendo definida como *a doença gay*, da *promiscuidade* e como um *mal americano* que chegava ao país (VALLE, 2002, p. 184). Mais tarde, a mídia passou a relativizar a imagem *gay* da Aids quando os casos de hemofílicos, mulheres e crianças começaram a ser noticiados. Por isso, passou-se a adotar o termo *grupo de risco*, incorporado da epidemiologia, cujo papel ideológico por trás de um esquema de teor estritamente técnico foi crucial para identificar a epidemia com um ou outro grupo (BASTOS, 1991, apud VALLE, 2002, p. 184). Nesse mesmo período, de 1983 a 1987,

4 Esta é a nova nomenclatura utilizada para designar as pessoas infectadas com o vírus do HIV. Como afirma a professora Carla Luzia França de Araújo, do Laboratório de Estudos em Política, Planejamento e Assistência em HIV/AIDS (LEPPA), do Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA) - referência em diagnósticos e tratamento de soropositivos no Brasil -, a expressão *aidéticos*, “assim como *leproso* e *tuberculoso*, carrega construções preconceituosas, que colocam essas pessoas à margem da sociedade. Funcionam como forma de segregar e expurgar. [...] A expressão mais correta a ser usada é *pessoa vivendo com AIDS/HIV* ou até mesmo *soropositivo*” (VIEIRA, 2007).



termos como *vítima*, *paciente* e *portador da AIDS* foram os mais usados. De 1987 em diante, a categoria que passou a circular e prevaleceu foi a de *aidético*. Qualquer pessoa infectada pelo HIV era chamada assim.

Ser um aidético veio sugerir, portanto, uma identidade abrangente que definia e agregava pessoas das mais diversas trajetórias e experiências sociais, culturais e subjetivas: mulheres aidéticas; pivetes aidéticos; gays aidéticos, etc. Todos eram sub-entendidos por meio de uma identidade comum, que era mais caracterizada pelo estigma da doença e sempre sob o signo da morte. O aidético constituía-se como uma identidade estigmatizada. (VALLE, 2002, p. 185).

Apesar de a mídia mudar constantemente as nomenclaturas para designar as PVHAs, algo era constante no seu discurso até então: ela destacava a inevitabilidade da morte por Aids. Contudo, ela passou a reconfigurar imagens, ideias e representações das vidas das PVHAs a partir de 1991-92. *A nova face da AIDS* revelava que os doentes aprendiam a viver com o mal e retornavam à sua vida social enquanto eram tratados. Passou-se a falar dos *soropositivos assintomáticos*. Era o contraste do aidético com os portadores sadios do vírus, que viviam uma “vida normal”.

Como afirma Valle (2002, p. 185), a representação cultural da PVHA é crucial para definir e caracterizar a sua identidade social. Muito tem se estudado sobre a contribuição da mídia na construção dessas representações culturais, mas poucos se dedicam a investigar as contribuições da comunicação feita pelo ativismo contra a Aids nesse processo. Muitos dos câmbios havidos na representação cultural da Aids pela mídia – do “aidético que vai morrer porque foi promíscuo” para “a vítima que contraiu o vírus, mas que pode conviver com ele e ter uma vida normal” – foram motivados por discursos vindos do ativismo:

É preciso salientar que os agentes e participantes desse mundo social [das organizações não governamentais] exibiam um entendimento muito mais sutil e complexo das imagens e significados do *soropositivo* quando comparadas às que circulavam pela imprensa. A imprensa usava categorias e representações que não eram diretamente similares às operadas por um amplo conjunto de atores sociais, cientistas e pessoas soropositivas a leitores e público comum. As categorizações e identidades usadas pela imprensa eram apenas parcialmente efetivas, apesar de sua força simbólica na produção cultural em um país como o Brasil (VALLE, 2002, p. 186, colchetes nossos).

É por isso que ressaltamos a necessidade de o ativismo utilizar atividades de relacionamento com a mídia para pautá-la. A imprensa é uma das principais fontes de informação sobre o mundo e no jornalismo, conforme a hipótese da *Agenda Setting*”,



“[...] são as notícias que determinam quais os acontecimentos, assuntos e problemáticas têm direito à existência pública e que, por isso, figuram como temas importantes na agenda das preocupações da opinião pública” (PROJETO..., 2006, p.7). Segundo Saïd Farhat (1992, p.174), a mídia convencional (jornal, revista, rádio, televisão) é “fonte primordial de novos hábitos, modos de falar e de ser, bem assim de introdução ou de aceitação de novos padrões morais e de conduta, antes inaceitáveis.” Por isso, apostamos no enorme poder dos meios de comunicação de alterarem crenças arraigadas ao estimularem o debate mais franco sobre o HIV/Aids. A missão é trazer as reivindicações das PVHAs para as agendas do dia, propor o debate, levar a discussão até a opinião pública em busca de atrair novos simpatizantes.

A Agência de Notícias da Aids⁵ é um bom exemplo de aplicação de ações de relacionamento com a mídia em prol do ativismo. Fundada em maio de 2003 pela jornalista Roseli Tardelli, a agência tem um portal na internet para esclarecimento gratuito sobre a doença, com mais de dois milhões de visitas mensais (LANDAU, 2011, p. 35). Atualmente 1200 jornalistas, ativistas e integrantes da comunidade científica recebem pautas atualizadas sobre HIV/Aids, vindas das unidades no Brasil e em Moçambique. No portal, é possível encontrar diariamente novas informações e dados de pesquisas recentes sobre a pandemia, artigos assinados por especialistas na área de saúde, textos produzidos por PVHAs, um banco de dados sobre fontes qualificadas para dar entrevista à mídia (com foto, número de telefone e um breve currículo), bem como um dicionário de termos relacionados à Aids.

Como vimos, fornecer aos profissionais de comunicação fontes cujos discursos estão bem alinhados com os valores do grupo e orientar os jornalistas sobre os termos mais corretos a serem usados através de um pequeno dicionário (“pessoas vivendo com HIV/Aids” ao invés de “aidéticas”, por exemplo) podem ser boas armas para o ativismo na luta simbólica, uma vez que tais termos servem como fontes de significado com as quais a identidade dos soropositivos é construída socialmente.

Mudar as formas com que os indivíduos e os grupos desenvolvem suas vidas, transformando práticas adversas ou daninhas em outras produtivas, modificando as atitudes e os valores nas comunidades e criando novas tecnologias sociais que introduzam as mudanças desejadas e elevem a qualidade de vida das pessoas começa, primeiramente, com a veiculação de discursos coerentes com tais práticas que

⁵ www.agenciaAids.com.br



configurem a identidade desses indivíduos e grupos. A mídia, quando bem pautada, pode ser um potente megafone para isso.

Problemática de memória: campanhas públicas contra a Aids

As campanhas públicas contra a Aids (tanto feitas pelo governo quanto por organizações da sociedade civil) têm durante décadas exaltado o sexo com preservativo. Dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011) mostram que mais de 96% da população brasileira sabem que usar camisinha é a melhor maneira de prevenir o HIV/Aids. No entanto, o número crescente de infectados parece mostrar que a mensagem não é mais comovente ou efetiva para certas populações, especialmente aquelas mais informadas, como os jovens. Argumentamos que isso é devido, *em parte*⁶, a uma problemática de memória. Para explicá-lo, façamos uma breve explanação teórica sobre o tema.

O termo “memória coletiva” foi cunhado por Maurice Halbwachs, sociólogo francês do século XX, para explicar fenômenos que testemunham “uma corrente de pensamento contínuo cuja continuidade não é nada artificial, pois retém do passado apenas o que ainda vive ou é capaz de viver na consciência de grupos mantendo a memória viva” (HALBWACHS apud LANDAU, 2011, p. 15). Antes de Halbwachs havia uma tradição teórica que tendia a pensar a memória como um atributo do indivíduo. No entanto, esse teórico rompe com essa linha de pensamento, dando à memória um viés sociológico, argumentando que mesmo as lembranças mais íntimas e pessoais estão fortemente ligadas às relações que se dão no espaço social (LOPES, 2007, p. 145-146).

Ao construir discursos e partilhá-los no espaço social, o grupo constrói sua memória, assume um lugar de fala e mobiliza uma série de representações. “Com isso, negocia poder e autoridade, silenciando vozes, ampliando outras, promovendo esquecimentos, ressaltando lembranças, enfim, procurando identificar-se tanto para si mesmos quanto para os outros que o rodeiam” (LOPES, 2007, p. 144). A memória é sempre constituída pelo par lembrança/esquecimento, motivada por interesses do presente, o que faz com que o grupo esteja constantemente reconfigurando aquilo que ele acha mais importante sustentar como lembrança (COLOMBO apud LOPES, 2007, p. 146).

⁶ O tema merece um estudo mais profundo para se descobrir todos os fatores envolvidos na resistência dos jovens ao uso do preservativo.



Vera Paiva (2009, p. 30), professora de psicologia e pesquisadora do Núcleo de Estudos para Prevenção da Aids⁷, afirma que a mudança de atitude dos jovens, agora mais hostis com o uso da camisinha, é culpa das mensagens das atuais campanhas contra a epidemia. Segundo ela, as primeiras campanhas que emergiram contra a Aids traziam como mensagem a ideia da camisinha como emancipação sexual entre os jovens. Hoje, essa memória é desativada pelas atuais campanhas, cujas mensagens impõem o uso do preservativo como algo quase obrigatório:

[Esta] geração é uma geração que não viu, não cresceu, não foi socializada com a camisinha como sendo uma emancipação. Foi socializada como sendo uma opressão da sexualidade de vocês. Obrigação. [...] vocês não viveram o período do medo gigantesco da Aids. Eu acho que o fato de a camisinha ser percebida como necessidade obrigatória, sanitária, é ruim e acho que vai atrapalhar um pouquinho a memória de como é emancipador usar a camisinha (PAIVA, 2009, p. 30).

O aumento do número de jovens infectados é apontado por alguns pesquisadores e por autoridades políticas e sanitárias como consequência também de as campanhas contra a Aids não mais abordarem a experiência de adoecimento e morte pela doença. Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, “os jovens desta geração não foram sensibilizados como outras gerações que viram ídolos enfrentando a luta contra a AIDS” (WORK, 2011). Parte disso deve-se ao próprio sucesso da Haart (sigla em inglês para “terapia anti-retroviral potente”):

O tratamento efetivo, que, de modo geral, extinguiu as marcas corporais que o HIV/Aids antes produzia e que prolongou as vidas das PCA [pessoas com Aids], teve duas consequências indesejáveis: primeiro, a falsa presunção de que pessoas com aparência saudável são HIV-negativas; segundo, o conhecimento de que existe tratamento efetivo para HIV/Aids (apesar de repleto de efeitos colaterais) tem, em alguns casos, impedido a prevenção (LANDAU, 2011, p. 31, colchetes nossos).

Se a morte por Aids já não é mais algo inevitável como antigamente, se os avanços no tratamento à doença têm realmente prolongado a vida das pessoas infectadas pelo HIV, talvez tenha se pensado que seria incoerente abordar nas campanhas nacionais a morte pela doença. Tanto que, em 2006, o slogan da campanha nacional era “A vida é mais forte que a Aids”. O foco seria, então, outro – por exemplo, combater o preconceito contra os soropositivos, através de campanhas que ressaltassem o lado saudável e normal de suas vidas cotidianas, bem como a

⁷ Site do Núcleo de Estudos para Prevenção da Aids : <http://www.usp.br/nepaids>



necessidade desta população de praticar sexo seguro para não disseminar o vírus. Abaixo, reproduzimos o texto de uma dessas campanhas, veiculada em 2006, em que o ator e escritor Cazu Barroz, soropositivo havia 17 anos, dizia:

Pessoas que vivem com Aids tomam muito remédio. O tratamento não é fácil. Mas podem trabalhar, estudar, transar... com camisinha, claro, como todo mundo. O que atrapalha mesmo é o preconceito. Eu só aprendi tudo isso quando descobri que tinha Aids. Você não precisa ter Aids para se informar. Entenda a doença e ajude a acabar com o preconceito (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

A experiência de morte pela Aids também tem sido omitida em filmes, como é o caso de “Cazuza, o tempo não para”⁸, obra que relata a vida do cantor brasileiro Cazuza, vítima da doença. Para Carlos Alberto de Carvalho (2011), pesquisador sobre as relações entre Aids, homofobia e cobertura jornalística, o filme não mostra uma importante parte sobre a experiência de doença vivida pelo cantor, que poderia ser didática à geração de jovens de hoje, “restando lacunas de memória sobre a Aids que os anos 1980 trouxeram de forma assustadora para alguns”.

Argumentamos, assim, que a improfícua eficácia das campanhas contra a Aids entre os jovens é, *em parte*, uma problemática de memória. Esse público não viveu a época em que usar camisinha era percebido como uma emancipação sexual, tampouco viu na mídia os seus ídolos definharem-se e morrerem pela Aids (como foi o caso de Cazuza e de Freddie Mercury, vocalista da banda de rock britânica *Queen*, dos anos 1970-1980.) justamente porque nasceram na época do avanço nos tratamentos. Como já notado pelos profissionais da saúde, percebe-se a necessidade de resgatar esses tristes episódios da história da Aids nas mensagens destinadas aos jovens, mas com o tratamento adequado, com o cuidado de não reforçar o estigma ao portador do vírus e nem criar um tom demasiadamente alarmista e de pânico. No entanto, a maneira como isso deve ser feito merece um estudo e uma abordagem mais aprofundados e foga de nosso escopo aqui, pelo exíguo espaço deste artigo⁹.

Memória do ativismo brasileiro contra a Aids

Outra problemática de memória que identificamos é a posição de descrença dos ativistas contra a Aids mais antigos no Brasil com relação ao ativismo praticado

⁸ Título Original: Cazuza - O Tempo Não Pára. Diretor: Walter Carvalho. Data de lançamento no Brasil: 11 de junho de 2004. Fonte: The Internet Movie Database.

⁹ Vide nota 6.



atualmente, percebida por Caroline Landau (2011) ao analisar a construção da memória coletiva desse grupo. Em seu trabalho, Landau realizou entrevistas com quinze ativistas de São Paulo¹⁰, alguns deles considerados os fundadores brasileiros do ativismo da Aids. Quando indagados sobre as mudanças mais significativas neste movimento social nas últimas décadas, os entrevistados listaram eventos que se enquadram, majoritariamente, dentro da rubrica dos *anos heroicos* - entre as décadas de 1980 e 1990. Foi nessa época que se estabeleceu um ativismo poderoso e público, que conseguiu angariar conquistas importantíssimas no tratamento das PVHAs¹¹.

Uma das principais razões que conferiu à sociedade civil capacidade de pressionar o governo a tomar passos decisivos durante os *anos heroicos* foi a alta visibilidade do ativismo, muitas vezes promovida pelas próprias marcas corporais do HIV/Aids (perda rápida de peso, bochechas fundas e lesões de pele preto-arroxeadas decorrentes da doença oportunista do sarcoma de Kaposi), fazendo com que as PVHAs não tivessem como se esconder. “Se quisessem agir, teriam de mostrar seus rostos” (LANDAU, 2011, p. 20). No entanto, conforme sustenta Caroline Landau, o ativismo da Aids não poderia reter a alta visibilidade de seus *anos heroicos* por muitas razões, dentre elas a própria evolução nos medicamentos:

Como os avanços no tratamento diminuíram o índice de mortalidade imediata e melhoraram a qualidade de vida das PCA [pessoas com Aids], a urgência da mobilização do movimento diminuiu. As visíveis marcas físicas da doença nos corpos das PCA diminuíram. Como não mais são segregados pelas lesões corporais ostracizantes do sarcoma de Kaposi ou pela perda rápida de peso, muitas PCA viram que elas podiam adotar uma vida mais calma, sem oferecer seus rostos e

¹⁰ “Entre agosto de 2009 e março de 2010, conduziram-se entrevistas com quinze ativistas líderes civis na cidade de São Paulo, todos com conhecimento histórico profundo e/ou afinidades profissionais e pessoais com o movimento. Esses quinze ativistas representam vozes fortes das Ongs-Aids mais influentes, nascentes do movimento jovem, dos meios de mídia, dos institutos de pesquisa e dos fornecedores médicos em São Paulo. Foram escolhidos ativistas da sociedade civil, em vez de representantes do governo, porque o primeiro ímpeto para o ativismo da Aids no Brasil começou na sociedade civil, e, como tal, a análise da questão sob a perspectiva da sociedade civil permite o exame mais longitudinal de sua memória coletiva” (LANDAU, 2011, p.15).

¹¹ Algumas dessas conquistas são: a criação, em 1988, do Sistema Único de Saúde – SUS para fornecer serviços de saúde como um direito universal de todos dentro das fronteiras do Brasil; o controle dos bancos de sangue para prevenir contaminação por transfusões sanguíneas, especificamente a proibição da comercialização de sangue no Brasil, em 1988; a diminuição na mortalidade de PVHAs, além da melhora da qualidade de vida, alcançadas inicialmente com a introdução da primeira droga antirretroviral (Azt), em 1988; a forte união entre os órgãos governamentais e a sociedade civil (que se transformou em uma marca brasileira), culminando na criação, em 1992, de um escritório especial dentro do Programa Nacional de DST/Aids, exclusivamente voltado à colaboração com Ongs/Aids; a Lei Sarney, em 1996, que determina a distribuição da Haart gratuitamente pelo SUS; o reconhecimento de que os *grupos de risco*, tais como homossexuais e prostitutas, eram falsos, uma vez que o vírus estava se disseminando entre a população em geral; a mudança de foco para *comportamentos de risco*, tais como sexo sem proteção e compartilhamento de agulhas hipodérmicas; os avanços na prevenção primária, tais como campanhas em massa e distribuição de camisinhas (LANDAU, 2011, p. 20-22).



histórias ao movimento. Existe um incentivo pequeno para se perder o anonimato por uma causa que continua a ser estigmatizada (LANDAU, 2011, p. 23-24).

A autora notou que os ativistas entrevistados percebem um “enfraquecimento” na luta contra a Aids hoje em comparação com os *anos heroicos*, pois não consideram a emergência de novos caminhos “menos visíveis” para enfrentar a epidemia. Para ela, a percepção de “enfraquecimento” dá-se exatamente em razão dessa imagem glorificada do ativismo e da idealização gerada a partir dele:

[...] esses novos caminhos – o tratamento universal de pessoas que vivem com HIV/Aids, a incorporação da prevenção do HIV/ Aids em sistemas de atendimento básico de saúde e o surgimento de novas redes de ativistas – nem sempre são considerados “ativismo”, justamente em razão da memória coletiva do ativismo contra a Aids, que ainda enfatiza as glórias, os métodos e as conquistas dos ‘anos heroicos’ (LANDAU, 2011, p. 11).

Para Landau (2011, p.15), é essa memória coletiva do passado glorioso que em parte obscurece o sucesso do ativismo mais novo, o qual é mais sutil em sua execução e parece não cumprir as realizações mais urgentes do passado:

Enquanto este artigo admite que o ativismo da Aids no Brasil viu grandes mudanças desde sua emergência nos anos 1980, essas mudanças não equivalem a um desgaste das maneiras que alguns de seus membros temem. De verdade, este artigo discute que a atitude de derrota expressada por alguns ativistas obscurece e obstrui as novas formas do ativismo da Aids que estão aparecendo (LANDAU, 2011, p. 14).

Os novos ativistas, por outro lado, já demonstram estar ressentidos com essa postura de alguns dos fundadores do movimento contra a Aids no Brasil. É o caso de Micaela Cyrino, representante da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids - RNAJVHA na região sudeste, fundada em 2008:

Até falam para a gente: “Onde estão os ativistas agora?”. Mas a gente está aqui, só que agora a gente não precisa sair gritando para pedir medicamentos, porque já fizeram isso. A gente precisa de outras coisas, e essas outras coisas não são muito visíveis... Não parece que está havendo uma luta, mas está havendo (CYRINO, 2010, p.38).

Como bem mostra Lopes (2007, p.157), há valores da tradição ou eventos da história vistos como aspectos de identificação tão fortes que são capazes de sustentar, por muito tempo, uma certa autoimagem de um grupo. Por outro lado, fenômenos (internos ou externos ao grupo) desestabilizam a constância desse processo consciente



de auto-organização e impulsionam tomadas de posição: ou de manutenção ou de mudança. É o que ocorre hoje no ativismo contra a Aids no Brasil.

De fato, como sustenta Andreas Huyssen (2004, p. 19) as contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais – como acontece no ativismo brasileiro contra a Aids - permitem perguntar se ainda é possível, nos dias de hoje, a existência de formas de memória consensual coletiva (como Maurice Halbwachs propõe) e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural pode ser garantida sem ela. É nesse sentido que dizemos que a percepção por parte de alguns ativistas de que há hoje um enfraquecimento do movimento brasileiro de luta contra a Aids é uma problemática de memória que pode ter sérias consequências para o grupo.

Muito do que dizemos de nós mesmos ou do que os outros dizem de nós se constrói a partir de lembranças. Ao mobilizar lembranças e promover esquecimentos, os grupos constroem significado para aquilo que foram no passado e sustentam aquilo que significam no presente - momento em que elaboram suas memórias (LOPES, 2007). E “as pessoas se identificam com aquilo que dizem de si mesmas e que os outros dizem delas” (PAHL, 1997 apud LOPES, 2007, p. 174). Se o grupo de ativistas vangloria demasiadamente o seu passado de conquistas, ele se identifica inevitavelmente como um grupo que já foi melhor. Além disso, deixando no plano do esquecimento as conquistas recentes, ele acaba por fazer com que os novos ativistas se identifiquem como fracos, comprometendo o futuro do próprio grupo, uma vez que “do passado se fala sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro” (SARLO, 2005, p. 13, tradução livre nossa).

Logo, concordamos com a visão de Landau e argumentamos que é fundamental enfatizar também as conquistas do ativismo de hoje na memória coletiva do movimento brasileiro de luta contra a Aids. Os novos ativistas precisam ver-se também como parte integrante de uma história, sob pena de vermos este grupo da sociedade desarticulado por disputas internas.

Conclusão

Ao longo deste artigo discutimos que o ativismo contra o HIV/Aids deve utilizar atividades de relacionamento com a mídia para fortalecer o movimento social, uma vez que o discurso da imprensa serve de fonte de significação com a qual a identidade de pessoas infectadas pelo HIV é (re)configurada socialmente. Defendemos, também, que a eficácia de campanhas preventivas entre jovens pode ser aumentada se a memória



sobre o preservativo como emancipação sexual e a memória sobre a experiência de adoecimento e morte por Aids de certos ídolos forem reativadas, com o tratamento adequado. Igualmente, argumentamos que a exaltação demasiada de um passado de conquistas pelo grupo mais antigo de ativistas contra a Aids do Brasil pode prejudicar este movimento social, uma vez que o grupo identifica-se inevitavelmente como sendo mais “fraco” hoje e promove o esquecimento das conquistas dos ativistas atuais – colocando em risco a coesão e a união entre o grupo.

Os desafios ao ativismo contra a Aids no Brasil não são apenas os que abordamos neste artigo. Tampouco tivemos a pretensão de esgotar as discussões sobre as problemáticas aqui constatadas. Nosso objetivo foi apresentar introdutoriamente algumas reflexões, que deverão ser abordadas com mais profundidade em trabalhos futuros. No entanto, concluímos afirmando que se impõe ao atual ativismo brasileiro contra a Aids atuar em diversas frentes ao mesmo tempo – como no relacionamento com a mídia, no resgate de memórias nas campanhas nacionais, nos filmes e na própria história do ativismo – para fortalecer o movimento social e garantir a sua continuidade. Se os desafios são muitos, as armas também devem ser muitas nesta quarta década da Aids – quiçá a última.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Resumo analítico dos Dados do Boletim Epidemiológico 2011**, Brasília: 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/IIGzlu>>. Acesso em: 31 jan. 2012.
- CARVALHO, C. A. Memória e esquecimento da Aids no filme ‘Cazuza, o tempo não para’. **Revista Zingu**, 51ª edição, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/KtrwhC>>. Acesso em: 22 jan. 2012.
- CASTRO, M. C. P. S. (org). **Mídia, esfera pública e identidades**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- CYRINO, Micaela. **A Aids mudou de cara: memória coletiva e novas oportunidades para o ativismo da Aids no Brasil: depoimento [14.01.2010]** . São Paulo: PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. Entrevista a Caroline Landau. Disponível em: <<http://bit.ly/Jjd0bY>>. Acesso em 23 jan. 2012.
- ESTEVES, J. P. **Os media e a questão da identidade: sobre as leituras pós-modernas do fim do sujeito**. Lisboa, Universidade de Lisboa, 1999. Disponível em: <<http://bit.ly/nLYDjA>>. Acesso em: 27 set. 2011.
- FARHAT, Saïd. **O fator Opinião Pública, como se lida com ele**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.



HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória** – arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

LANDAU, Caroline. A Aids mudou de cara: memória coletiva e novas oportunidades para o ativismo da Aids no Brasil. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.11-44, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/Jjd0bY>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

LOPES, F. L. Identidade jornalística e memória. In: RIBEIRO, A. P. G.; FERREIRA, L. M. A. (org.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.p. 137-154.

Ministério da Saúde. Brasília, 2006. 30 segundos, mpeg., son. Color. Disponível em: <<http://bit.ly/K6Y41f>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

PAIVA, Vera. **A Aids mudou de cara**: memória coletiva e novas oportunidades para o ativismo da Aids no Brasil: depoimento [14.12.2009] . São Paulo: **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. Entrevista a Caroline Landau. Disponível em: <<http://bit.ly/Jjd0bY>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

PROJETO COMUNICANDO 2006. **Planejamento Anual de Assessoria de Comunicação [do] MGM**. Juiz de Fora, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado**: cultura de la memoria y primera persona - 1a ed. - Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

VALLE, C. G. Identidades, doença e organização social: um estudo das pessoas vivendo com HIV e AIDS. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 179-210, junho de 2002. Disponível em: <<http://bit.ly/nYv9fK>>. Acesso em: 27 set. 2011.

VIEIRA, Julia. Como a imprensa se comporta na luta contra a Aids?. **Olhar Virtual**, Editado por UFRJ, Rio de Janeiro, Ed. 186, 04 dez. 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/qHfU4a>>. Acesso em: 12 out. 2011.

WORK MEDICINA DO TRABALHO. **Prevenção**: A Única forma de evitar a AIDS. [S.I.]: 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/LwI2wX>>. Acesso em: 23 fev. 2012.